

À Procuradoria da República em Rondônia

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA

E-mail: geiselebleggi@mpf.mp.br / prro-6oficio@mpf.mp.br

Ji-Paraná – RO, 17 de março de 2022

ASSUNTO: Hidrelétrica de Tabajara; Estudos de Impacto ambiental e componente indígena; audiência virtual ou híbrida.

A Associação Indígena Karo Paygap, com CNPJ n. 08.230.315/0001-37, com foro em Ji-Paraná e sede na aldeia Paygap, Terra Indígena Igarapé Lourdes, Linha 74, distrito Nova Colina, município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, CEP: 76 914 899, por seu **Coordenador Executivo PEDRO AGAMENÔN ARARA**, brasileiro, união estável, agricultor, RG 421/FUNAI, CPF 390 487 302 44, residente e domiciliado na aldeia Paygap, Km 74, distrito de Nova Colina, município de Ji-Paraná, estado de Rondônia; a **Associação Indígena Ma'pâyrap Karorap**, com CNPJ: 39.281.921/0001-05, com foro em Ji-Paraná/RO e sede na aldeia l'târap, Terra Indígena Igarapé Lourdes, Linha 128 S/N, município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, CEP: 76.914 899, por sua Coordenadora Executiva **MARLI PEME ARARA**, brasileira, união estável, professora, RG 601.922 SESDC/RO e CPF 605.729.302-91, residente e domiciliada na sede na aldeia l'târap Terra Indígena Igarapé Lourdes, Linha 128 S/N, município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, CEP: 76.914 899, com email marlipeme320@gmail.com e; a **Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr-ASSIZA**, com CNPJ n. 14.167.204/0001-26, com foro em Ji-Paraná e sede na aldeia Ikólóéhj, Terra Indígena Igarapé Lourdes, Linha 74, distrito Nova Colina, município de Ji-Paraná, estado de Rondônia, por sua coordenadora **MATILDE SEBIROP DA SILVA**, brasileira, união estável, professora, RG: 1032 FUNAI, CPF: 632.063.232-15, residente e domiciliada na aldeia Ikólóéhj II, Terra Indígena Igarapé Lourdes, município de Ji-Paraná, estado de RO, vem por meio deste, manifestar preocupação em relação aos estudos de impacto ambiental – componente indígena que analisam a implantação da hidrelétrica de Tabajara no Rio Machado, no estado de Rondônia.

Reconhecemos a importante atuação do MPF, deste 6º Ofício e todos os esforços que vem sendo empreendidos para que os direitos e garantias dos povos indígenas não sejam

  P E A R

violados com a construção de mais uma grande obra, que atende a interesses econômicos em detrimento da cultura e da vida dos povos tradicionais.

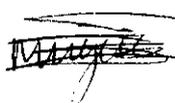
Nesse sentido, tomamos conhecimento, que em 2018 o MPF, por meio da Antropóloga Rebeca A.A. de Campos Ferreira realizou diversas perícias técnicas apontando falhas do Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Tabajara, o que motivou o MPF a fazer uma Recomendação à FUNAI para que incluísse no Termo de Referência as Terras Indígenas Tenharim do Rio Sepoti, Tenharim do Igarapé Preto, Pirahã, Ipixuna, Nove de Janeiro, Igarapé Lourdes e TI Djahui. Também, que este Parquet moveu duas ações na Justiça Federal, uma para evitar que a audiência de dezembro de 2020 acontecesse em formato virtual e outra para a inclusão dessas Terras Indígenas no referido estudo, uma vez que houve total desrespeito à Recomendação do MPF. Com essas ações a audiência pública virtual foi cancelada e o juiz federal decidiu, entre outras coisas, que fosse finalizado o EIA/RIMA e que fosse incluído no Termo de Referência da FUNAI as Terras Jiahui e Igarapé Lourdes.

Recentemente, passou a circular nas mídias sociais que a AGU havia conseguido que o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica de Tabajara tivesse prosseguimento. Isso se dá no âmbito do Agravo de Instrumento nº 1026562-29.2021.4.01.0000 no TRF1.

AGU garante continuidade do processo de licenciamento ambiental de hidrelétrica em Rondônia | Geral | Rondônia Dinâmica (rondoniadinamica.com)

Os povos indígenas ficam completamente alheios a esses fatos e quando tomam conhecimento é por meio de organizações parceiras. O Estado, por meio de seus órgãos não traz essas informações. Diante disso, queremos expressar:

1. Que o direito de Consulta, Livre, prévia e informada garantido pela Convenção 169 da OIT segue sendo violado pelo Estado Brasileiro;
2. As notícias sempre chegam para os povos tradicionais de forma tardia, prejudicando as possibilidades de participação. Em caso de realização de uma audiência pública virtual, nossos meios de acesso à internet são deficitários e muito provavelmente ficaríamos prejudicados, sem condições de acompanhar o que estará sendo apresentado e de falar o que pensamos;

  PEDRO

3. Até o momento, nunca foi nos apresentado o Estudo do Componente Indígena para entendermos como está sendo realizado, quais povos estão contemplados e as razões de exclusão de demais povos.

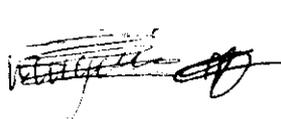
Para nós, povos Karo Arara e Ikólóéhj Gavião, nossas histórias e identidades étnicas estão intrinsicamente ligadas ao rio Machado, antes mesmo do contato com a sociedade não indígena. Foi a partir desse rio que tivemos os primeiros contatos com os seringalistas, tornando suas margens lugar de muita movimentação, local de moradia, de espaços sagrados e de cemitérios. Ainda hoje cortamos seringa nesses seringais próximos do rio e nossos sítios arqueológicos e cemitérios estão nas suas margens. Também foi pelo rio que fugíamos do trabalho escravo nos seringais.

O rio Machado é nosso lugar de memória e de vida. Nele encontramos ~~nos~~ sítios arqueológicos, materiais para nossos artesanatos, construção de casas e alimentação. Nas suas margens encontramos nossas principais caças (especialmente para o povo Karo Arara) e ele é nossa única fonte de peixes, pois o igarapé prainha, que faz o limite de nossa terra com as fazendas está assoreado e cheio de veneno. E é também, o único meio de transporte dos moradores da aldeia Igarapé Lourdes (Ikólóéhj Gavião), no inverno amazônico.

Tememos que a construção da hidrelétrica de Tabajara vá alagar esses espaços tão importantes para nós. Hoje, com as mudanças climáticas, muitas de nossas aldeias já sofrem alagação no tempo das chuvas, pontes e bueiros são levados pelas águas. Nossa percepção é que essa alagação vai se intensificar com uma ~~barragem~~ barragem, desse porte, no rio Machado.

Tememos também pelos índios isolados localizados na Rebio Jaru. Sempre dissemos que nessa reserva há presença desses nossos parentes. Infelizmente a FUNAI ainda não estabeleceu uma política de identificação e proteção desses índios.

Por tudo isso, nós queremos que a FUNAI inclua a Terra Indígena Igarapé Lourdes e todas as demais apontadas pelo MPF como possíveis impactadas no Termo de Referência. Que ela não aprove o Estudo do Componente Indígena sem que haja complementação dos estudos e inclusão de todas as referidas Terras Indígenas. Só o EIA/RIMA, com nossa participação, poderá dimensionar todos os prejuízos que sofreremos com essa barragem.

 PEDRO

Requeremos que:

O MPF continue lutando pelos nossos direitos junto à FUNAI, IBAMA e outros órgãos envolvidos nesse empreendimento, movendo as ações judiciais no sentido de garantir os direitos dos povos indígenas e recorrendo de decisões contratárias a estes, em especial o que prejudica nossos direitos de acesso à informação e participação.

Que o MPF continue realizando estudos técnicos e perícias para avaliar se o EIA/RIMA realmente avaliou todos os impactos que a obra pode causar, em especial, em relação aos povos indígenas, pois não confiamos na forma como são conduzidos, sempre restringindo nossa possibilidade de fala e participação.

A TI Igarapé Lourdes está na mesma bacia hidrográfica onde se quer implantar a Usina Hidrelétrica de Tabajara e antes da FUNAI estabelecer uma distância máxima para considerar uma área impactada, o CONAMA, por meio da Resolução 01, art. 5º, III já dava como diretriz que os estudos devem considerar a bacia hidrográfica, o que dialoga com a política nacional de Recursos Hídricos, Art. 1º, V.

Solicitamos que o MPF promova reuniões com a FUNAI, IBAMA e Ministério de Minas e Energia para tratar do componente indígena nos Estudos de Impacto Ambiental de Tabajara, com a participação de lideranças indígenas.

Respeitosamente,

PEDRO AARARA
PEDRO AGAMENON ARARA

Associação Indígena Karo Paygap

Marli Peme Arara
MARLI PEME ARARA

**Associação Indígena Ma'páyráp
Karorap**

matilde sebirop da silva
MATILDE SEBIROP DA SILVA

Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr-ASSIZA